

Funcionário de estatal vai pagar mais plano de saúde

Governo federal confirma alteração de regras, e parcela dos novos empregados subirá de, em média, 33% para 50% prevê arrecadação

DE SÃO PAULO- O governo federal alterou as regras para a participação dos funcionários das empresas estatais em planos de saúde. Duas resoluções publicadas nesta sexta-feira (26) no "Diário Oficial da União" aumentam a participação dos novos funcionários no pagamento das mensalidades. Os novos empregados terão de contribuir com o mesmo montante que seus empregadores, conforme a Folha antecipou em dezembro.

Atualmente, as estatais bancam, em média 77% dos gastos com os planos. O prazo de migração para o sistema paritário (50% pago pelos funcionários e 50% pelas empresas) é de 48 meses. As resoluções da Comissão Interministerial de Administração de Participações Societárias da União visam estancar o crescimento de gastos das estatais.

As resoluções também definem um teto de gasto com plano de saúde. Não pode passar de 8% da folha salarial ou aumentar mais do que 10% do que foi pago no ano

anterior —valendo o que for menor. Segundo dados do Ministério do Planejamento, os gastos das estatais com os planos de saúde passam de R\$ 9 bilhões por ano para 500 mil funcionários de 147 empresas estatais.

Planos de saúde de estatais federais podem custar o triplo do privado. Na modalidade de autogestão, em que uma empresa sem fins lucrativos é contratada para gerir o plano de saúde, o gasto médio por funcionário é de R\$ 10.163,62 ao ano. Já no setor privado, as empresas pagam, também em média, R\$ 3.858 pela assistência, de acordo com pesquisa feita pela consultoria Mercer Marsh Benefícios.

O impacto será sentido, principalmente, na Infraero e nos Correios, que são as estatais que mais financiam os seus planos, ao pagar, respectivamente, 93% e 95% da mensalidade das assistências.

Outra modificação é que a assistência não poderá mais ser estendida aos pais dos funcionários, como ocorre atualmente em alguns planos dos Correios. Valerá para os cônjuges ou companheiros de união estável, inclusive os do mesmo sexo.

Dirigente em área estratégica terá limite de atuação

DA REUTERS- O governo instituiu limite de três anos para atuação de dirigentes nas áreas internas consideradas estratégicas das empresas estatais federais, envolvendo auditoria interna, "compliance", conformidade e controle interno, gestão de riscos, ouvidoria e corregedoria. Entre as principais estatais federais estão a Petrobras, a Eletrobras, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, os Correios e o BNDES.

Segundo informou o Ministério do Planejamento, haverá possibilidade de uma única prorrogação ao período. O objetivo é "garantir funcionamento mais eficiente e comprometido com os interesses dos acionistas e da sociedade", disse a pasta, pontuando que as empresas terão 180 dias para adotar as providências que assegurem o cumprimento da resolução.

Diversas estatais já sofreram ou sofrem investigação em razão de crimes de corrupção envolvendo dirigentes, como a Petrobras, que acabou resultando na Operação Lava Jato.

Brasil precisa discutir ideias, e não de ódio

Secretário de Política Econômica no governo Dilma responde a críticas do colunista Alexandre Schwartzman

MÁRCIO HOLLAND -
ESPECIAL PARA A FOLHA

É clara a divisão entre crítica de ideias e desrespeito humano. Alexandre Peter Pan Schwartzman ("Fiz, mas não fui eu", (folha.com/no1950864), pelo seu quadro psicológico, não sabe distinguir algo tão básico e, por isso, deve ser perdoado e tratado.

Como economista, é esperado o debate sobre o que realmente interessa à sociedade brasileira; sobre como vamos conduzir o país de volta ao caminho da criação de empregos e geração de renda, de modo sustentável de longo prazo.

É compreensível colocar a culpa da recessão atual na herança maldita de políticas econômicas recentes; mas a verdade é um pouco mais dura. O fato é que a economia brasileira

exauriu seu modelo de crescimento. As regras do jogo do capitalismo brasileiro precisam ser refundadas. O Brasil precisa enfrentar uma ampla e profunda agenda de reformas políticas, institucionais e econômicas.

A realpolitik nos ensina, contudo, que os governos adotam mix de políticas econômicas, algumas de efetividade duvidosa, outras tidas como boas práticas. Tem sido assim no governo Temer. De um lado, tem-se as boas-novas, como a regra do teto de gastos, a proposta de reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a flexibilização de critérios de conteúdo local, por exemplo.

De outro lado, um desavergonhado jogo de toma lá dá cá já despendeu mais de R\$ 60 bilhões do Orçamento em pleno ajuste fiscal, promoveu reajustes inadequados aos servidores públicos, aceitou renegociações de dívida com Estados sem contrapartida adequada e está discutindo a flexibilização de regra de

ouro do Orçamento público.

Sua política fiscal tem sido expansionista para si mesmo, mas já contratou austeridade e riscos de rupturas de regras fiscais fundamentais (como a do teto e a regra de ouro) para os próximos governos. Uma bomba-relógio foi instalada em meio à boas intenções.

Assim foi também no governo Dilma 1. Boas medidas econômicas se misturaram com gastos excessivos, especialmente em subsídios creditícios e na expansão de alguns programas públicos que se mostraram ineficientes; adotou irresponsáveis práticas de contabilidades criativas; intervenção voluntarista no setor de energia; ausência de agenda de políticas de comércio exterior etc.

Mas o mesmo governo Dilma 1 regulamentou a Funpresp (previdência dos servidores públicos), reformou a poupança — o que tem dado suporte ao Banco Central para atingir as atuais e





celebradas baixas taxas de juros — , instituiu as comemoradas debêntures incentivadas (lei 12.431), e a LIG (letra imobiliária garantida) — que são instrumentos de grande importância para o financiamento de longo prazo; instituiu o valor incontroverso para todas as operações de crédito, operacionalizou e expandiu o Programa Agricultura de Baixo Carbono etc. Ainda vale considerar as diversas medidas de consolidação fiscal contidas no ovacionado Plano Levy.

O governo Dilma teve claros traços de um governo de incompetências, voluntarismo e equívocos. O governo Temer não passa no teste mínimo da ética e da integridade. O Brasil não precisa de nenhum dos dois! Ironicamente, critica-se o governo Dilma e aceita-se o governo Temer. Afinal, rouba, mas reforma.

Em vez de se imiscuir no ódio psicopático, o Brasil precisa discutir ideias. Colocar na mesa o que deu errado e o que pode dar certo. Mais de 12 milhões de desempregados e a pobreza crescente não têm tempo a perder.

MÁRCIO HOLLAND é professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

8 em cada 10 reajustes salariais tiveram ganhos reais em 2017

Entre as categorias com destaque está a de artefatos de borracha

FERNANDA PERRIN - SÃO PAULO

Com a queda da inflação, os reajustes salariais voltaram a ter ganho real no ano passado, compensando em parte o poder de compra perdido ao longo de 2016.

A cada 10 reajustes concedidos, 8 ficaram acima do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado na data do acordo, segundo a pesquisa Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). O INPC é usado como referência em acordos e convenções coletivas entre sindicatos e empresas. O índice encerrou o ano acumulado em 2,07%, enquanto os reajustes salariais foram em média de 5,1% em termos nominais (sem desconto da inflação).

A melhora é resultado da queda substancial da inflação ao longo do ano passado, resultado da deflação

dos alimentos (que têm maior peso no orçamento dos mais pobres) em razão de uma super-safra no início do ano. Apenas 10% dos acordos e convenções definiram reajustes abaixo do INPC, situação na qual o trabalhador tem perda real. Outros 10,6% foram equivalentes ao índice.

O cenário contrasta com o observado em 2016, quando quase metade dos reajustes (46,5%) ficaram abaixo da inflação. Outros 26,1% foram iguais ao INPC e 27,4% ficaram acima.

O piso médio acordado, por sua vez, subiu de R\$ 1.162 para R\$ 1.209 entre um ano e o outro. Os acordos com redução de jornada e salário ainda ocorreram em 2017, mas o volume observado foi muito menor: 137, ante 390 no ano anterior.

RECUPERAÇÃO

Com a recuperação dos salários, a massa real de rendimentos do trabalho chegou a R\$ 191,9 bilhões no trimestre encerrado em novembro. As categorias de

reparação de eletroeletrônicos e artefatos de borracha foram as que tiveram maior ganho real (descontada a inflação) em 2017, de 2,72% e 2,42%, respectivamente.

Na outra ponta, telecomunicações e TI não tiveram ganho real.

Na análise regional, o Estado do Amazonas foi o que apresentou maior ganho médio real (1,27%) enquanto o Acre teve o menor (0,06%). Em São Paulo, o ganho real médio foi de 1,02% — aproximadamente o dobro do Rio de Janeiro (0,52%).

Por outro lado, o reajuste do salário mínimo determinado pelo governo Michel Temer ficou abaixo da inflação. Embora o cálculo também tome o INPC como referência, houve um desconto no previsto para compensar reajustes acima da inflação em anos anteriores, de acordo com o Ministério do Planejamento.

O salário mínimo em 2018 está em R\$ 954.





SALÁRIOS EM RECUPERAÇÃO

Maior parte dos reajustes ficou acima da inflação em 2017



Caixa corta crédito sem aval da União

Empréstimos para Estados e municípios sem garantia do Tesouro Nacional são mais arriscados para o banco e entraram na mira do TCU

Adriana Fernandes

Depois que os financiamentos a Estados e municípios entraram na mira do Tribunal de Contas da União (TCU), a Caixa Econômica decidiu suspender temporariamente a concessão de créditos destinada a governadores e prefeitos sem garantia da União, operação que é mais arriscada para o banco estatal.

Precisando de reforço de capital para continuar emprestando neste ano sem descumprir regras bancárias internacionais, o banco não informou por quanto tempo as operações estarão suspensas. Em comunicado sucinto, divulgado ontem, a Caixa informou que a concessão de crédito com garantias da União e para companhias de saneamento permanece inalterada.

Essa concessão está restrita aos limites impostos pelo Conselho Monetário Nacional, órgão que reúne os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e o Banco Central.

O Estado apurou que, além de interromper novos financiamentos, o banco foi obrigado a repassar os dados de todas as operações feitas a

Estados e municípios, incluindo as que estão em análise, ao conselho de administração presidido pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

Levantamento feito pelo Estadão/Broadcast há duas semanas mostrou que, desde outubro, os bancos oficiais tiveram sinal verde para financiar ao todo R\$ 5 bilhões a governadores e prefeitos em contratações com e sem aval da União. Depois da publicação da reportagem, a Caixa informou que, em 2017, emprestou R\$ 3,4 bilhões para prefeitos e governadores, a maior parte sem aval da União.

Segundo o banco, todo o crédito de R\$ 1,3 bilhão a municípios não tinha garantia da União. Aos Estados, a Caixa informou que concedeu R\$ 2,12 bilhões para Piauí, Pernambuco, Pará e Goiás e que duas dessas operações (não informou quais) não tinha aval do Tesouro.

Auditoria.

O TCU vai abrir auditoria para avaliar as condições das operações de empréstimos dos bancos oficiais aos governos regionais. Quando há garantia, a União fica responsável por honrar o pagamento com o banco em caso de inadimplência do Estado ou município. Depois, o Tesouro busca recuperar os valores para cobrir o prejuízo.

Já no caso das operações sem

garantia, o banco e o Estado ou município negociam diretamente as garantias envolvidas. Essa operação é mais arriscada porque geralmente são dadas como garantias receitas futuras de impostos – que podem não se concretizar. O tema tem sido discutido por diferentes áreas na Corte de contas.

Com o diagnóstico em mãos, os técnicos podem fazer recomendações para resguardar os bancos e minimizar os riscos para a União. A concessão desses empréstimos se transformou em arma política depois que o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, admitiu que o dinheiro seria usado como moeda de troca pelo apoio de governadores e prefeitos à reforma da Previdência.

A pasta é a principal responsável pela articulação dos interesses do Planalto e de parlamentares. A Caixa vinha ganhando espaço na concessão dos empréstimos, ocupando o papel que no passado foi do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O banco de fomento chegou a lançar, no governo Dilma, linha de crédito com taxas mais baixas para bombar o crédito para os Estados. Foram R\$ 20 bilhões para irrigar os cofres dos governadores, sendo que parte do dinheiro acabou bancando o aumento nas despesas com pessoal, em vez de ir para investimentos.

TRABALHO »

País perde 20,8 mil vagas



Desempregado há mais de um ano, o professor de educação física Milton Martins, 43 anos, está na faixa etária em que houve mais demissões

Apesar de negativo, saldo de 2017 foi bem melhor que os de 2015 e 2016. Comércio, agropecuária e serviços criaram empregos

»ALESSANDRAAZEVEDO
»BRUNO SANTA RITA*

O mercado de trabalho brasileiro fechou 20,8 mil empregos com carteira assinada em 2017, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. Mesmo com a melhora em indicadores cruciais, como inflação controlada e taxa básica de Juros (Selic) em queda, houve mais histórias de pessoas

demitidas do que de contratadas, pelo terceiro ano consecutivo. Entretanto, apesar de negativo, o saldo foi bem melhor que o de 2016, quando o Brasil perdeu 1,3 milhão de vagas, e o de 2015, que teve balanço final de 1,5 milhão de demissões a mais que contratações,

Em dezembro, o saldo negativo de 328,5 mil vagas foi o menor registrado no mês nos últimos 10 anos. Desde dezembro de 2007, as perdas nunca haviam ficado abaixo de 400 mil. A queda é natural nessa época do ano. “Na indústria, as encomendas do Natal já foram cumpridas. O setor da construção é prejudicado pelas chuvas, o setor de ensino costuma demitir, e a agropecuária está em entressafra”, explicou o coordenador-geral de

Estatística do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães.

Aos números de novembro e de dezembro foram acrescentados os contratos feitos nas modalidades criadas pela nova legislação trabalhista, que entrou em vigor em 11 de novembro. O trabalho intermitente (sem jornada fixa e com pagamento pelas horas efetivamente trabalhadas) engrossou as contratações de novembro com 2.574 admissões. Já a possibilidade de jornada parcial pesou no número de demissões, com 1.004 desligamentos registrados no mês.

Para Magalhães, o saldo do ano ficou dentro das expectativas. “Houve interrupção do movimento de queda, o que aponta para geração de emprego em 2018”, disse. O governo prevê que serão criados 2,5 milhões de vagas este ano. Segundo Eduardo Pastore, consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), isso poderá ocorrer desde que inflação e juros continuem sob controle e o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 3%, como espera o governo.

Essa também é a esperança do professor de educação física Milton Martins, 43 anos, desempregado há um ano e dois meses. Para conseguir renda, ele vende frutas pela cidade, além de contar com a ajuda de familiares. “Não esperava passar por isso depois de me formar”,





desabafou. O mercado, na opinião dele, segue “horrível” até para graduados.

Pessoas com o perfil de Milton têm tido dificuldade de encontrar emprego. Em 2017, entre os brasileiros com idade de 40 a 64 anos, houve perda de 586,5 mil postos. Já na faixa de 18 a 24 anos, ocorreram 652,7 mil contratações a mais do que demissões. Segundo Magalhães, as empresas têm demitido funcionários mais velhos e contratado pessoas mais novas, com salários menores. “É medida de redução de custos”, explicou.

Segmentos

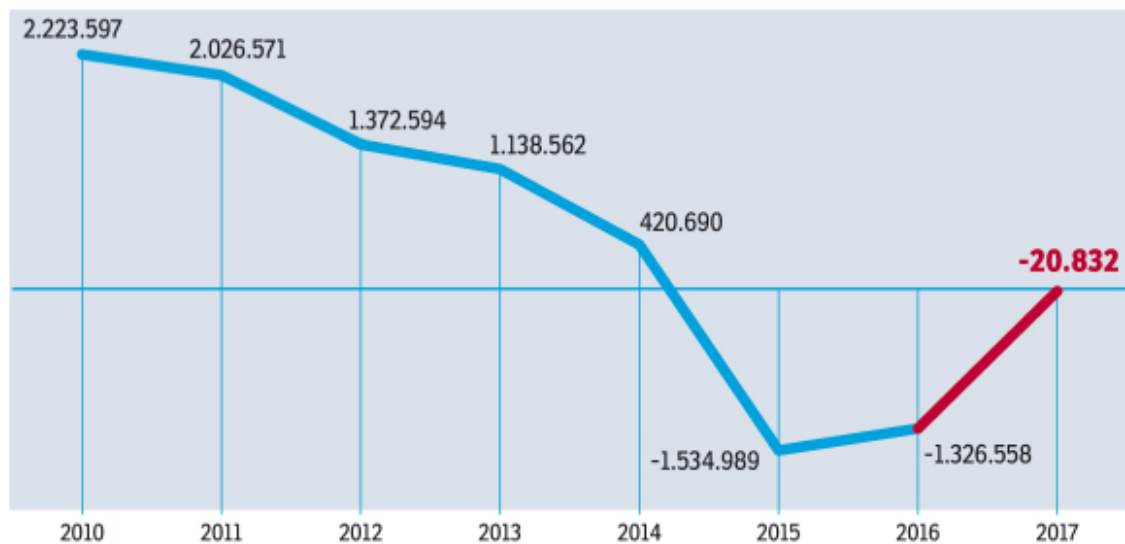
Mesmo com o balanço negativo,

três setores conseguiram reverter, em 2017, os resultados ruins do ano anterior. O comércio, que criou 40 mil postos no ano, foi o único setor com saldo positivo em dezembro, de 6,3 mil novos postos. A agropecuária gerou 37 mil ao longo do ano, e o setor de serviços, 36,9 mil. Agora, falta o investimento reagir, o que seria observado com a retomada do emprego em áreas como construção civil, que teve o pior resultado entre os segmentos, com 104 mil vagas fechadas, e indústria da transformação, que registrou redução de 19,9 mil postos em 2017.

*Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

Para cima

Depois de piores consecutivas, o saldo de emprego anual mostra melhora



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Confusão com reforma

As mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde novembro do ano passado, estão confundindo patrões e empregados. Ontem, uma fila se formou em frente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (Sindiserviços-DF), no Setor Comercial Sul, de trabalhadores que queriam a devolução das taxas assistenciais e confederativas. Muitos, confundindo essas contribuições com o imposto sindical — equivalente ao desconto de um dia de trabalho —, que, de acordo com a reforma trabalhista, só pode ser cobrada de quem autorizar.

O professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília (UnB), Paulo Henrique Blair de Oliveira, explica que “pode ser que as pessoas achem que elas não precisam contribuir mais”, mas as taxas cobradas de associados continuam vigentes. “A reforma trabalhista extinguiu o imposto

sindical. A contribuição sindical é completamente diferente, é devida por quem é associado ao sindicato”, explica.

Segundo Blair, a contribuição assistencial ocorre após acordo coletivo, como, por exemplo, o aumento de salário negociado com as empresas através dos sindicatos. Assim, muitas empresas descontam os valores do empregado caso este não se oponha formalmente, fato que leva inúmeras pessoas às filas, todos os anos, para registrarem a oposição ao desconto dessas contribuições.

O Sindiserviços defende a cobrança, já que todo sindicato faz campanha salarial por conta dos gastos no auxílio dos trabalhadores. “O sindicato é quem dá suporte, faz contabilidade, ajuda os trabalhadores a receberem aumento. Tudo isso de graça, se não receberem esse valor, como vão manter toda essa estrutura?”, se manifestou em nota.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira